

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.447 - PE (2019/0087032-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : CARLOS ANDRE LUNA DA SILVA  
**ADVOGADOS** : SAMARA JULLY DE LEMOS VITAL - PB017426  
DANILO PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - PE038828  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* protocolado por CARLOS ANDRE LUNA DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (HC n. 0517302-0), assim ementado:

*"PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CONCURSO MATERIAL. ALEGADA INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL, INÉPCIA DA DENÚNCIA E ATIPICIDADE DA CONDUTA IMPUTADA AO PACIENTE. PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO. DENÚNCIA QUE DESCREVE CONDUTA ILÍCITA E ENCONTRA SUFICIENTE LASTRO PROBATÓRIO EM INQUÉRITO POLICIAL E LAUDOS TÉCNICOS. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.*

*I - O trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se infere na hipótese dos autos. Além disso, a denúncia descreve as circunstâncias do crime, apontando qual seria a conduta criminosa supostamente praticada pelo paciente, preenchendo, portanto, os requisitos do art. 41 do CPP;*

*II - Não verificada, de plano, a inequívoca atipicidade da conduta imputada ao Paciente, nem tampouco a inexistência de justa causa (lastro mínimo probatório que vincule o agente aos crimes a ele imputados) para a propositura da ação penal, inviável o seu trancamento através da estreita via do habeas corpus, a qual é carente de dilação probatória.*

*III - Ordem denegada. Decisão Unânime." (fl. 3.049)*

No presente recurso, a defesa defende a ausência de justa causa para o

prosseguimento da ação penal, ao argumento de que o recorrente não praticou qualquer ato ilícito.

Afirma, ainda, que a denúncia seria inepta, por ser genérica, sem descrever a conduta do recorrente.

Requer, assim, o trancamento da a Ação Penal n. 0080759-12.2014.8.17.0001, em trâmite na 2º Vara Criminal da Comarca de Recife.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Esta Corte Superior pacificou o entendimento segundo o qual, em razão da excepcionalidade do trancamento da ação penal, tal medida somente se verifica possível quando ficar demonstrado – de plano e sem necessidade de dilação probatória – a total ausência de indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, a atipicidade da conduta ou a existência de alguma causa de extinção da punibilidade.

Para melhor compreensão da controvérsia, transcrevo excerto do voto condutor do acórdão atacado:

*"Consta da denúncia (fls. 2.904v/2.907v), que no período de 2010 à meados de 2012 O PACIENTE, em concurso com os corréus GENIVAL JOÃO DE OLIVEIRA, JOHNSON DA SILVA MORAES, JOSÉ ELIVALDO DA SILVA, CARLOS SÉRGIO DE OLIVEIRA, JEFFERSON SANTOS DA SILVA, FABRÍCIO ROCHA DE ARAÚJO E JOSÉ DA PAZ PEREIRA SANTOS, obtiveram, para si, vantagem ilícita, em prejuízo de Valmir João de Oliveira, inserindo declaração falsa com o fim de criar obrigação e alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, mediante associação e uso de documento falso, tudo conforme cópia de material gráfico padrão para confrontos grafoscópicos de fls. 62/65, Laudo Pericial Grafoscópico de fls. 661/688, B.O. e depoimentos constantes dos autos.*

*Consta, também, que algumas Atas de Assembleia Geral Extraordinária, referentes à empresa SM Participações S/A, a qual apresenta como representante legal a vítima, Valmir João de Oliveira, bem como contratos de compra e venda de ações, tiveram assinaturas falsificadas, consoante laudo pericial grafoscópico.*

*De acordo com a Denúncia, a vítima é sócia majoritária de muitas empresas, como a SM Participações S/A, a ND COMÉRCIO LTDA, a M. GOMES COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA., a MEGA ATACADO LTDA, a OLIVEIRA S SILVA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS LTDA., dentre alguma outras.*

*Ainda, consoante a inicial acusatória, os autuados obtiveram para si, mediante associação e em uso de documento falso, várias vantagens ilícitas, todas em prejuízo de Valmir João de Oliveira, dentre as quais se destaca, a ação de firmar escritura pública de venda de cinco apartamentos pertencentes ao capital social da referida empresa para o único comprador CARLOS ANDRÉ LUNA DA SILVA, ora paciente.*

*Do Laudo Técnico Pericial de fls. 687/699, restaram evidenciadas que as escritas questionadas e nos escritos padrões produzidos pelo punho escritor do senhor Valmir João de Oliveira, vítima dos autos principais, com o objetivo de se determinar à autenticidade gráfica, evidenciaram inúmeras divergências gráficas tanto nas qualidades gerais objetivas e subjetivas quanto nas qualidades específicas dos grafismos, conclusivo de grafismos inautênticos.*

*Dos documentos analisados pelos peritos, quais sejam, Ata de Assembléia Geral Extraordinária e dois Contratos de Compra e Venda de Ações, respectivamente datados de 23/08/2010, 15/03/2010 e 02/09/2010, cuja produção é atribuída ao punho escritor de Valmir João de Oliveira, consta a assinatura do ora paciente, o que supõe que o mesmo, tendo assinado os referidos documentos, conhecia da inautenticidade das assinaturas, eis que esteve presentes aos atos apontados.*

*Assim, considerando que a autoria e a materialidade delitiva estão devidamente comprovadas nos autos, o Parquet imputou ao ora paciente, CARLOS ANDRÉ LUNA DA SILVA, a prática dos crimes previstos no art. 171, caput, art. 288 c/c art. 69, todos do Código Penal Brasileiro.*

*Constata-se, pois, que a denúncia descreve uma conduta ilícita e possui suficiente respaldo probatório nos elementos constantes dos autos, que possibilitou o início da persecução penal, tendo em vista a demonstração da autoria e a prova da materialidade delitiva, consubstanciadas nos autos do Inquérito Policial n.º 01.003.0007.00455.2010-1-3.*

*Ora, para o oferecimento da denúncia, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas da materialidade e da autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório.*

*Nesse contexto, uma vez satisfeitas as condições elencadas no artigo 41 do Código de Processo Penal, como a exposição do fato criminoso com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol de testemunhas, não há que se falar em inépcia da denúncia, tampouco em atipicidade da conduta ou mesmo insuficiência de elementos hábeis a assegurar a ampla defesa do Paciente.*

*[...]*

*Logo, não verificada, de plano, a inequívoca atipicidade da conduta imputada ao Paciente, tampouco a inexistência de justa causa*

*(lastro mínimo probatório que vincula o agente aos crimes a ele imputados) para a propositura da ação penal, inviável o seu trancamento através da estreita via do habeas corpus, a qual é carente de dilação probatória." (fls. 3.054/3.056)*

De início, registra-se que a denúncia não é inepta, pois atende o que dispõe o art. 41 do Código de Processo Penal – CPP.

Com efeito, após análise detida dos autos, e na esteira das conclusões da Corte *a quo*, tem-se que a denúncia faz a devida qualificação do acusado, descreve de forma suficiente as condutas delituosas perpetrada pelo suposto agente e pelos corréus, que, em tese, configuram os crimes de associação criminosa e estelionato, e, ao revés do alegado nas razões recursais, traz diversos elementos probatórios, pelo que se mostra em conformidade com o comando pertinente do Estatuto Processual Penal, de modo a permitir o exercício da ampla defesa.

De outra parte, para se concluir pela ausência de justa causa para o prosseguimento da ação penal, mostra-se necessário o exame aprofundado de provas, inviável em sede de *habeas corpus*.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

**"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIMES DE CALÚNIA E DIFAMAÇÃO CONTRA AUTORIDADE PÚBLICA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ATIPICIDADE. ALEGADA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INOCORRÊNCIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. IMUNIDADE DO ADVOGADO. NÃO ABSOLUTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO NÃO PROVIDO.**

1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito, o que não se infere na hipótese dos autos. Precedentes.

2. O reconhecimento da inexistência de justa causa para o exercício da ação penal, dada a suposta ausência de elementos de informação a demonstrarem a materialidade e a autoria delitivas, exige profundo exame do contexto probatórios dos autos, o que é inviável na

*via estreita do writ. Precedentes.*

3. Para o oferecimento da denúncia, exige-se apenas a descrição da conduta delitiva e a existência de elementos probatórios mínimos que corroborem a acusação. Provas conclusivas da materialidade e da autoria do crime são necessárias apenas para a formação de um eventual juízo condenatório. Embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do in dubio pro societate. De igual modo, não se pode admitir que o julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o jus accusationis do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício da ação penal.

4. A alegação de inépcia da denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988. Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua tipificação, de modo que viabilize a persecução penal e o contraditório pelo réu. Precedentes.

5. Hipótese em que a exordial acusatória preenche os requisitos exigidos pelo art. 41 do CPP, porquanto descreve as condutas atribuídas ao ora recorrente - que atribuiu falsamente conduta criminosa ao agente público quanto à sua atuação profissional, assim como afirmações difamatórias, eis que disse existir investigações e processos criminais contra o representante ministerial e que este era imoral e subserviente aos adversários políticos do atual Prefeito -, tendo havido a explicitação do liame entre os fatos descritos e o seu proceder, permitindo-lhe rechaçar os fundamentos acusatórios.

[...]

8. Recurso em habeas corpus não provido." (RHC 76.705/MT, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 23/5/2018)

**"PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. JUSTA CAUSA. DOLO ESPECÍFICO DESCRITO NA DENÚNCIA. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.**

1. A extinção da ação penal, por falta de justa causa ou por inépcia, situa-se no campo da excepcionalidade, pois somente é cabível o trancamento da exordial acusatória por meio do habeas corpus quando houver comprovação, de plano, da ausência de justa causa, seja em razão da atipicidade da conduta supostamente praticada pelo acusado, seja da ausência de indícios de autoria e materialidade delitiva, ou ainda da incidência de causa de extinção da punibilidade.

2. O crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299, caput, do Código Penal, exige dolo específico, com o intuito de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato

*juridicamente relevante.*

3. *Extraí-se da peça acusatória que os denunciados alteraram documento público que instruía dois projetos de lei, os quais tinham por finalidade desafetar e alienar onerosamente lotes urbanos; e desafetar e alienar por permuta bens públicos municipais. Restou, assim, devidamente descrito na denúncia o especial fim de agir da falsidade ideológica.*

4. *Alterar o entendimento para concluir que os pacientes teriam sido apenas utilizados pelos mentores das condutas delitivas demandaria a análise de matéria fático-probatória, o que é vedado na via eleita.*

5. *Recurso em habeas corpus improvido.*" (RHC 96.577/GO, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/5/2018)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FRUSTAR OU FRAUDAR O CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO (ART. 99, LEI 8.666/1993). FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299, CP). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INEXISTÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. EXAME INVIÁVEL NA VIA ELEITA. INEXISTÊNCIA DE NOVOS ARGUMENTOS APTOS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO DESPROVIDO.**

[...]

**II - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade ou a ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria, o que não ocorre na espécie.**

**III - Segundo jurisprudência sedimentada nesta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos e suficientes de autoria. A certeza será comprovada ou afastada durante a instrução probatória, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia o princípio do in dubio pro societate.**

**IV - O acolhimento da tese defensiva - ausência de indícios mínimos de autoria e inexistência do dolo específico - demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a via do habeas corpus e do respectivo recurso ordinário.**

**V - Na hipótese, não se vislumbra a alegada inépcia da denúncia, porquanto a exordial acusatória preenche os requisitos exigidos pelo art. 41 do CPP, permitindo a compreensão dos fatos e possibilitando o amplo exercício do direito de defesa.**

*Agravo regimental desprovido.*" (AgRg no RHC 88.699/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 4/4/2018)

Ante o exposto nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator

